

A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE: PERSPECTIVAS A PARTIR DE ÁLVARO VIEIRA PINTO E ANTÔNIO GRAMSCI

Data de submissão: 17/02/2025

Data de aceite: 01/04/2025

Vicente Estevam Sandeski

Doutor em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP (2016). Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo UPF (2006). Especialização em Didática Aplicada a Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação do Rio de Janeiro – CEFET-RJ (1996). Especialização em Gestão Pública MEC/IFPR – (2013). Graduado (bacharelado e licenciatura) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (1986). Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)
<http://lattes.cnpq.br/2291510727070681>
<https://orcid.org/0000-0001-9464-6897>

RESUMO: Este artigo examina a interseção entre tecnologia e poder, especialmente nas análises de Álvaro Vieira Pinto e Antônio Gramsci. Ambos os pensadores destacam a capacidade da tecnologia de fortalecer as posições de poder existentes na sociedade. Esta análise explora suas preocupações, destacando a ideologização da tecnologia como uma ferramenta de controle. A tecnologia, vista sob a ótica de Vieira Pinto e Gramsci, revela-se como uma extensão do poder estabelecido, capaz de perpetuar desigualdades e consolidar relações de dominação. Suas visões

ecoam em um mundo contemporâneo onde a tecnologia amplifica as disparidades sociais e econômicas. Entretanto, há sinais encorajadores de resistência e alternativas tecnológicas emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Tecnologia, Controle, Hegemonia, Desigualdade.

INTRODUÇÃO

A tecnologia no prisma de instrumento de controle é inegavelmente complexa e desafiadora, dificultando uma abordagem completa em poucas páginas. Apesar das limitações existentes, é essencial iniciar a discussão e oferecer algumas contribuições, especialmente à luz das perspectivas dos excertos dos filósofos Álvaro Vieira Pinto e Antônio Gramsci. Este trabalho não constitui um tema novo e há riscos de imprecisões.

Antônio Gramsci, notável teórico marxista italiano, dedicou grande parte de sua obra à análise da natureza do poder e da dominação, especialmente através de suas reflexões sobre hegemonia e sociedade civil. Na era contemporânea, a tecnologia desempenha um papel crucial na estruturação dessas relações de poder.

Álvaro Vieira Pinto, filósofo brasileiro, também se preocupava com a interseção entre tecnologia e poder, especialmente em contextos de dominação. Sua visão oferece insights valiosos para compreender os desafios enfrentados pela sociedade moderna.

Embora haja convergências entre os pensamentos desses filósofos, também existem diferentes caminhos que, em outros momentos, podem ser explorados. Ao desenvolver este tema, é fundamental considerar não apenas os aspectos técnicos da tecnologia, mas também suas implicações sociais, políticas e econômicas. Essa análise crítica é essencial para compreendermos como a tecnologia pode ou não ser utilizada para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, apesar dos desafios enfrentados.

Com essas proposições, a partir de excertos das obras de Álvaro Vieira Pinto, “O Conceito de Tecnologia” e de Antônio Gramsci, “Concepção Dialética da História”, foram planejadas algumas contribuições à luz do tema tecnologia. Assim, buscou-se responder à questão: no mundo contemporâneo, qual é o papel da tecnologia, suas relações com a sociedade, suas responsabilidades e oportunidades? Em seguida, o artigo aborda a tecnologia como instrumento de dominação, a valorização do ‘técnico’ e o papel progressista da tecnologia. Na sequência, a ideologização da tecnologia como um fenômeno complexo que permeia as relações entre sociedades, poder e indivíduos. Concluindo, procurou-se mostrar o véu ideológico que naturaliza modelos e o domínio de uma classe.

A TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE

Identificar a tecnologia como um instrumento de controle requer a análise de diversos fatores interligados às técnicas empregadas. É essencial compreender como as classes privilegiadas manipulam a tecnologia para consolidar seu poder. Além disso, é necessário examinar como as massas que não fazem parte do “mundo desenvolvido” possam usar a tecnologia como meio de afirmar uma identidade nacional própria, apesar das restrições impostas pelo sistema econômico e político nacional, bem como pelas influências das corporações internacionais.

Ciente da influência e controle da tecnologia advindas de fora do país, Vieira Pinto não se posiciona contra o acesso a ela, pelo contrário, ele considera isso algo impossível de evitar. No entanto, enfatiza que o acesso a essa tecnologia requer um desenvolvimento interno de autonomia. Segundo ele, a tecnologia de origem externa só pode servir como um instrumento para acelerar o desenvolvimento de uma nação menos desenvolvida tecnologicamente, se essa importação for uma escolha livremente feita com o objetivo de promover os interesses das massas trabalhadoras e uma verdadeira consciência de si. (PINTO, 2005, p. 257)

Segundo Vieira Pinto, a história da tecnologia se entrelaça com a evolução humana no âmbito social e econômico, revelando que ao longo dos tempos, frequentemente, ela foi empregada para propósitos menos louváveis, como a exploração de recursos naturais e humanos, a busca por poder e riqueza por uma elite. O emprego da tecnologia em prol de interesses individuais tem resultado em disparidades, perpetuando as desigualdades socioeconômicas. Embora a tecnologia possua um potencial transformador inegável, ela tem sido frequentemente utilizada para preservar e fortalecer as estruturas de poder já estabelecidas.

Desse modo, desde o conflito das primeiras tribos até hoje, no chamado sistema imperialista neoliberal, as lutas travadas para conquistar e impor a dominação não têm nada de destino ou de transcendental.

A expansão da conquista impõe o progresso das técnicas de subjugação política, mediante formas eficazes de admiração e exaustão de recursos, das técnicas de transporte, luta armada, comunicação, o que vem a ser, em conjunto, o progresso do sistema imperialista enquanto técnica global de dominação. (PINTO, 2005, p. 259)

A lógica dos povos exploradores não muda com o passar dos tempos, pelo contrário, retrata a necessidade de estarem sempre ampliando e melhorando suas tecnologias, sob pena de perder seu posto. No atual momento, essa lógica se manifesta com países que adotam um enfoque bélico, buscando exercer poder pela força, pela imposição e pelo medo. Esse modo de atuar tem levado ao desenvolvimento e ao investimento massivo em tecnologias militares avançadas, incluindo inteligência artificial, armamentos autônomos e vigilância de alta precisão. São estratégias de dominação que acabam perpetuando conflitos, tensões internacionais e uma escalada de armamento global, contribuindo para a manutenção da concentração de poder em determinadas nações e exacerbando desigualdades entre países.

Nesta lógica, o contexto atual, tem sido alimentado por ideias extremistas, que naturalizam pensamentos e comportamentos insensatos, acreditando que é natural e necessário a existência de povos explorados e exploradores, nações inferiores dirigidas e nações superiores dirigentes.

No Brasil, para além da conjuntura internacional, há uma estrutura de poder identificada por uma burguesia associada e submissa ao capital internacional. Essa burguesia, personificada por uma elite econômica, contribui para construir um cenário no país que atenda a seus interesses e mantenha seu *status quo*. Empregam uma retórica que enfatiza sua importância na história nacional e chamando para si suas realizações, narrativas essas que justificam a concentração de poder e riqueza, enquanto a maioria da população enfrenta desafios e restrições econômicas significativas em suas vidas.

A persistente e marcante desigualdade de renda no Brasil lançam dúvidas sobre as alegações de sucesso proferidas pela burguesia, aliados aos meios de comunicação e partidos políticos que desempenham um papel na manutenção dessa dinâmica. Ambos, “classe política” e meios de comunicação, entrelaçados, reproduzem narrativas que favorecem a elite econômica, da qual fazem parte, minimizando as questões de desigualdade e promovendo uma visão otimista do progresso econômico, entretanto eles não refletem e nem contemplam a realidade da maioria da população.

Os meios de comunicação, assim como os partidos em seu trabalho de direção política, desempenham o papel de formar a opinião pública, organizando e centralizando certos elementos da sociedade civil em torno de determinadas propostas e ações. Daí “a luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que uma única força modele a opinião e a vontade política nacional” (SCHLESENER, 2007, p. 31).

Quando uma força dominante controla os principais veículos de comunicação e as influências políticas, ocorre uma manipulação massiva da narrativa, com informações enviesadas, atendendo apenas aos interesses dessa força. Isso resulta em uma visão distorcida da realidade para a população, que pode não ter acesso às análises alternativas. Além disso, o monopólio sobre a opinião pública compromete a independência das instituições democráticas e limita a representatividade política.

Segundo Gramsci, (2001, v.2, p.21), a manutenção do poder pela classe dominante não se dá apenas por meio da coerção, mas também pela construção de uma hegemonia cultural. No cenário digital contemporâneo, a tecnologia desempenha um papel crucial na disseminação dessa hegemonia. As grandes empresas de tecnologia controlam plataformas de mídia social, motores de busca e outras ferramentas digitais que moldam as narrativas culturais e políticas, consolidando assim sua influência sobre a sociedade.

A dominação, na sua maioria, é sempre determinada por motivos econômicos e, por isso, toda manifestação dela, em especial a política, exprime o afã de captura de recursos, com o fim de garantir o prolongamento do poderio de quem está no poder ou dos que controlam. Com essa finalidade, o instrumento manejado consiste na técnica conhecida no momento. Segundo Vieira Pinto, para compreender o curso do processo exige-se a constante referência à taxa de progresso tecnológico e às condições históricas da produção em cada época. (PINTO, 2005, p. 260).

Portanto, não é suficiente observar apenas o avanço tecnológico isoladamente. É essencial analisar como esse progresso se relaciona com as circunstâncias históricas, econômicas, sociais e culturais em que a produção ocorre. A tecnologia não se desenvolve de forma independente, mas sim em interação com o contexto em que está inserida. O progresso tecnológico deve ser interpretado à luz de suas interações com os processos históricos, em vez de ser visto como uma força isolada ou “neutra”.

Situação essa mantida no atual momento com a tecnologia, apesar de prometer maior conexão e eficiência, também pode contribuir para a alienação. Isso ocorre por meio da dependência excessiva de dispositivos digitais, da substituição de interações humanas por plataformas online e da desumanização do trabalho devido à automação, afetando negativamente a qualidade de vida e o nível de consciência dos indivíduos, a tecnologia “não é somente um simples servidor de algum propósito social predefinido; é um ambiente dentro do qual um modo de vida é elaborado.” (FEENBERG, 2013, p. 79).

A tecnologia tem também essa duplidade, pode atuar na formação e no reforço desse senso comum por meio de algoritmos de recomendação, filtragem de informações e personalização de conteúdo. Isso resulta na criação de bolhas de filtro, onde os indivíduos são expostos apenas as perspectivas que corroboram com a ordem dominante, limitando assim a diversidade de ideias e opiniões.

Segundo Vieira Pinto, o equívoco do esclarecimento da consciência reside no fato de se pensar que a consciência crítica e esclarecida acontece pela mão do outro, ao contrário, a consciência de si não é planejada pelo outro, pelo explorador pelo aparato tecnológico ou pelo excesso de quinquiarias. A consciência de si necessita nascer de si, é um processo natural, isto é, de seu entorno, é certo que, no início do processo de desenvolvimento, as massas mostram estar desorteadas e ainda “incapazes” de pensar e dirigirem-se por si mesmas. A percepção por si das massas em relação à realidade já é uma mudança significativa inerente aos primeiros passos, inicialmente sem a devida clareza, depois consistentes o suficiente para remover a passividade do pensamento das massas. (PINTO, 2008, p.261)

A mobilização social das massas implica um despertar coletivo para os desafios que o país enfrenta, buscando soluções que transcendam as abordagens de seus mundos restritos e contextos pintados pelas mídias que acessam. Isso envolve não apenas a conscientização dos cidadãos sobre as dinâmicas do imperialismo e da dependência, mas também a participação ativa na formulação de políticas e na defesa de interesses nacionais.

Para Gramsci, essa é uma compreensão do processo de hegemonia, onde a classe dominante mantém seu poder não apenas por meio da coerção, mas também através da construção de uma hegemonia cultural. Nesse sentido, a mobilização social envolveria não apenas a resistência contra a dominação, mas também a criação de uma nova consciência coletiva e de alternativas políticas que desafiem as estruturas de poder existentes. Gramsci acreditava que a mobilização social só poderia ser alcançada através da organização e da educação política das massas, capacitando-as a entenderem suas condições sociais e a lutarem por mudanças. Portanto, sua compreensão enfatizava não apenas a conscientização, mas também a ação coletiva e a participação ativa na transformação da sociedade. (SCHLESENER, 2007, p. 19-24).

Também a tecnologia pode ocasionar o afastamento da realidade das massas, ao refletir o pensamento alheio, outros contextos, outras realidades sem seu devido contexto histórico, conduz ao fora de si, sendo capaz de conduzir a um processo de alienação, pela “apropriação de fins alheios” diferentes das “condições para si” e o enaltecimento de outras realidades, segundo Vieira Pinto, “alienação consiste na apropriação dos fins alheios, que são sempre legítimos e válidos para a consciência do outro, porque representam os interesses deste ligado à sua visão do mundo.” (2005, p. 265).

O processo de alienação da qual Álvaro Vieira Pinto se refere ao dizer que, “Só nos países periféricos, subdesenvolvidos, dominados, sem soberania, aliciado pelo fascínio cultural e pela direção econômica dos grandes centros metropolitanos, ocorre a fase intermediária.” [...] Essas estruturas organizacionais, utilizam-se da tecnologia para desenvolver uma mentalidade tecnológica conveniente para seus interesses políticos e econômicos, valendo-se dela com a máxima inteligência, com esse propósito, “a tecnologia torna-se, então, o principal ingrediente com que o dominador irá compor a consciência “para o outro” das massas subjugadas.” (PINTO, 2005, p. 266). A tecnologia enquanto produto que converte, encanta e se apropria da vida cotidiana.

Segundo Vieira Pinto, a tecnologia entendida como instrumento de dominação requer atenção a dois aspectos fundamentais na sua eficácia: o primeiro está na valorização do técnico, enaltecendo a ação progressista da tecnologia, além disso, acontece a natural passividade e receptividade das massas, que, não acostumadas ao questionamento crítico, tendem a aceitar a tecnologia e seus embustes sem reservas.

A supervalorização dos “técnicos”, como a “última palavra da ordem do universo” e a reduzida criticidade das massas, ofuscaram a realidade da técnica e a verdadeira intenção dos fatos. Essa burguesia associada se beneficia dos aparentes ganhos trazidos pela tecnologia transplantada, enquanto lhes são ocultados uma situação de dependência e a implícita intenção de controle.

O segundo aspecto, refere-se à tecnologia a ser exportada, decisão tomada pelos detentores de acordo com suas estratégias para os países subdesenvolvidos. Para garantir um resultado favorável, essa ação é acompanhada por um contingente de técnicos estrangeiros que orientam, inspecionam e supervisionam a tecnologia transplantada, incorrendo em custos elevados. São estruturas sucateadas, exigindo altos recursos para manutenção e reduzidos retornos, quando há.

A lógica destes está em não equiparar ou dar condições de igualdade, mas ao exportar produtos acabados, extinguir ainda mais a capacidade de desenvolvimento dos países receptores. Os custos, por sua vez, perpetuam uma relação de dependência, fortalecendo o domínio tecnológico e econômico. Assim, os dominadores mantêm o controle enquanto as nações menos desenvolvidas enfrentam uma dependência contínua.

Os países que se afirmam como potências hegemônicas se apoiam em duas noções inverídicas e distintas para manter sua dominação: a primeira, a ideia de que a tecnologia é essencial para a ascensão dos países menos desenvolvidos, e que estes devem pagar alto preço por ela; a segunda, é a crença de que a tecnologia é exclusiva das regiões dominantes, sendo impossível surgir em outro lugar. Para desmascarar esses dois enganos, é crucial demonstrar que a tecnologia, longe de ser um privilégio restrito, é, na verdade, um patrimônio compartilhado pela humanidade. (PINTO, 2005, p. 263). Portanto, são alguns embustes que propiciam uma estrutura ideológica da tecnologia.

A IDEOLOGIZAÇÃO DA TECNOLOGIA

A ideologização da tecnologia é um fenômeno complexo que permeia as relações entre sociedades, potências globais e indivíduos. Trata-se de um processo no qual a tecnologia não é apenas vista como uma ferramenta neutra, mas sim como um instrumento carregado de significados e intenções políticas, econômicas e culturais. Nessa perspectiva, a tecnologia deixa de ser meramente um produto do progresso técnico-científico e passa a ser manipulada e interpretada conforme os interesses e valores de determinados grupos ou sistemas de poder.

Através da ideologização, a tecnologia pode ser usada como uma forma de reforçar e perpetuar desigualdades, impondo visões hegemônicas sobre seu papel na sociedade e na economia global. Este fenômeno também pode levar à instrumentalização da tecnologia como uma ferramenta de dominação e controle, subjugando populações inteiras e restringindo seu acesso a conhecimentos e recursos essenciais. Portanto, compreender a ideologização da tecnologia é crucial para analisar as dinâmicas de poder e as assimetrias de desenvolvimento presentes no mundo contemporâneo.

Uma das formas para abordar a relação entre tecnologia e sociedade é pela perspectiva dialética, que compreende o ser humano como um agente histórico, fundamental para todo o desenvolvimento. Essa abordagem reconhece a complexidade das relações sociais e materiais ao longo do tempo, destacando que o progresso não é apenas determinado por forças externas ou inevitáveis, mas moldado pelas ações e decisões humanas.

Por outro lado, há uma outra visão da tecnologia que não leva em conta essa realidade e é construída à força. Nessa abordagem, a tecnologia parece flutuar sem conexão com o contexto, tornando-se atemporal e assumindo uma posição superior à humanidade, quase como uma divindade. (PINTO, 2005, p. 262). Essa acontece não por acaso, mas pelas mãos invisíveis do sistema, para além das vontades políticas.

Nesse cenário, quando a tecnologia não é advinda de realidades próximas, aqueles que a recebem são relegados a uma condição de meros zeladores do conhecimento alheio, lidando com realidades estranhas que não têm origem em suas próprias vivências. Essa desconexão entre a tecnologia e a experiência humana subjacente pode criar uma

dinâmica de dependência e alienação, afastando as comunidades receptoras de seu próprio potencial criativo e inovador. Assim, é vital reconhecer que a tecnologia não é um ente isolado, mas sim uma manifestação do próprio ser humano e de suas interações com o mundo ao seu redor. (PINTO, 2005, p. 263).

A ideologização da tecnologia é um fenômeno intrincado que permeia as relações entre sociedades, poder e indivíduos, assumindo diversas formas e implicações. Uma das manifestações mais marcantes desse fenômeno é a naturalização, isto é, o fato de considerar natural sem estranhamento e questionamentos. Nesse sentido, a tecnologia não apenas se torna uma ferramenta técnica, mas um sistema de cooptação e distração, distanciando-os da percepção e de seus reais impactos.

Para que esse processo aconteça e obtenha êxito, necessita contar com a participação de “técnicos”, indivíduos que possuem um relativo domínio tecnológico e que se inserem em um processo de aculturação. Esses, são absorvidos pelo sistema através da venda de sua força de trabalho, ficando alheios ao histórico processo produtivo, contribuindo dessa forma para a perpetuação das desigualdades e assimetrias globais.

Diversos fatores contribuem para a intensificação da alienação, independentemente de classes sociais. A classe privilegiada se encontra em um ciclo vicioso e dependente, impulsionado pela obsessão com a aparência, pela busca incessante por status e prestígio social, os quais eclipsam a racionalidade e a realidade.

Assim, ao se prender a uma fachada de sucesso, encontra-se presa em uma teia de ilusões, incapaz de escapar do ciclo alienante que ela mesma alimenta. Essa dinâmica não apenas perpetua a desconexão entre a realidade e a imagem projetada, mas também reforça a fragilidade do próprio tecido social, minando as relações genuínas e contribuindo para um ambiente de superficialidade, propalado pela mídia como elementos culturais.

Essas concepções são como véus ideológicos que naturalizam modelos, e silenciosamente, o domínio de uma classe sobre as demais, obtendo assim o consentimento tácito da sociedade. Nessa dinâmica, a exaltação da tecnologia como uma solução para todos os problemas humanos serve como um símbolo central na construção do pensamento ideológico da elite econômica. O enaltecimento excessivo da tecnologia obscurece a sua verdadeira utilidade e seu potencial.

Vivendo num universo de palavras, o pensador impressionista tem como único problema combinar as que melhor se prestem a formar frases emocionantes ou enigmáticas, e por isso fica obrigado a forjar miríficas e sibilinas questões para ter matéria sobre a qual escrever seja lá o que for. (PINTO, 2005, p. 292).

Diante de uma realidade nacional marcada pela carência de conhecimento, a atuação dos técnicos, especialistas limitados a áreas específicas, contribui na alienação das massas por meio de descrições complexas e especializadas. Essa situação ocorre porque tais descrições, embora possam ter profundidade relativa em seus campos de expertise, frequentemente excluem a compreensão e a participação do público em geral.

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos”, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI. 1979, p. 04).

A atuação do “técnico” corrobora com as estruturas hegemônicas de poder, quando, omite a verdade dos fatos optando por descrições ocultadas, expressões enigmáticas, discursos sedutores de ocasião. Segundo Vieira Pinto (2005, p. 294), essa linguagem representa uma desconexão da compreensão das estruturas sociais:

Quando o progresso científico não se faz acompanhado pelo correspondente desenvolvimento na compreensão teórica do homem e de seu papel no mundo, torna-se inevitável, perder-se o fio condutor que deveria manter a finalidade do pensamento à prática, ou seja, fica esquecida a relação dialética que os une. O pensamento divorciado da prática, acaba ignorando a razão de ser dela, chegando ao ponto de divinizar-a sob o nome de “tecnologia”.

A classe dominante não só mantém seu poder por meio do controle econômico e político, mas também pela influência cultural e intelectual que exerce sobre a sociedade. Segundo FEENBERG (2013, p. 91), «Não é uma competição por riqueza ou poder administrativo, mas uma luta para subverter as práticas técnicas, os procedimentos e os arranjos que estruturam a vida cotidiana”.

No contexto apresentado, a verdadeira libertação das estruturas só pode ser alcançada por meio da compreensão crítica das estruturas de poder e da luta pela hegemonia cultural e intelectual. Isso se dá pelo reconhecimento de que não existem leituras inocentes e desinteressadas da história. “A história não tem um único sentido, como não há uma única verdade, mas forças sociais em luta, num processo onde o cultural, o político e o econômico, onde todas as instâncias são igualmente determinantes e determinadas” (SCHLESENER, 2007, p. 33).

Em um mundo globalizado, a prática de importar tecnologia se tornou ubíqua e indispensável para o desenvolvimento e sobrevivência de qualquer nação. Entretanto, é imperativo reconhecer que esse ato não se limita tão somente à aquisição de conhecimento técnico, nele também implica a absorção de uma miríade de pressupostos culturais, legais e morais inerentes à nação exportadora.

Ao adotar uma abordagem ingênua e acrítica em relação à tecnologia como solução para os desafios enfrentados, os cientistas nacionais correm o sério risco de se tornarem meros propagadores de uma visão de mundo estrangeira, ignorando completamente as particularidades e necessidades de seu próprio contexto nacional. A ingenuidade de não considerar como elas se integram e se adaptam à realidade local, coloca mais uma vez à classe trabalhadora o ônus da falta de criticidade e passividade.

O simples uso ou a transferência não é solução para nação alguma, é evidente que a tecnologia, num primeiro momento, na área de incidência direta, ocasionará algumas transformações, mas ela é pontual e atende a interesses específicos. Nessa ilusória

“mudança estrutural”, o que se discute é a matriz ideológica que norteia essa transferência de tecnologia: Quais são as razões que a movem a aquisição? Quem de fato está se beneficiando com as novas tecnologias? Considerando que não há neutralidade?

Assim, compreender as estruturas de um povo, de uma nação, como elementos históricos e traços culturais únicos é fundamental para uma abordagem na análise das dinâmicas sociais. Essa perspectiva destaca a hegemonia cultural como um aspecto crucial na manutenção do poder das classes dominantes, enquanto ressalta a importância da formação de uma consciência de classe e da proteção dos interesses nacionais. Portanto, medidas emergenciais não devem ser vistas como soluções milagrosas capazes de promover mudanças estruturais, mas sim como parte de um processo mais amplo de entendimento e mobilização das forças sociais em busca de uma transformação da classe trabalhadora.

Diante da inquietação levantada, a tecnologias muitas vezes transforma os receptores em meros consumidores, alienando cada vez mais de suas estruturas. A tecnologia, por si só não resolve os problemas, frequentemente desencadeia novas fissuras sociais, resultando em segregação, separação e discriminação das classes que não têm acesso. Isso resulta, como produto e seus benefícios apenas a grupo restrito da sociedade. Como resultado, em vez de proporcionar soluções, observamos um agravamento das tensões em um modelo social injusto e já sobrecarregado.

O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções com base na organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil. (SCHLESENER, 2007 , p. 19)

Diante disso, é evidente que há uma cumplicidade entre o governo e a elite, que compartilham interesses semelhantes. O governo adota uma postura alinhada aos interesses das classes dominantes. Ação esta que revelando as contradições da sociedade nas relações entre os indivíduos, serviços públicos e especialmente no contexto do trabalho, que é uma categoria que reflete e molda a totalidade dos fenômenos sociais.

A burguesia mantém sua posição de poder por meio do controle dos aparatos estatais e da sociedade civil. Na era digital, esse controle é intensificado pela vigilância em massa, coleta de dados pessoais e manipulação algorítmica. Grandes corporações e governos podem usar a tecnologia para monitorar e influenciar as pessoas, consolidando assim sua dominação e limitando a liberdade individual e o pluralismo político.

A tecnologia voltada aos interesses do capital está longe de olhar para a realidade das massas e longe de alterar a condição destes. Geralmente está implantada em locais mais lucrativos, esse é justamente um dos princípios básicos adotados pelo sistema econômico. Raramente volta-se para a realidade e as condições de trabalho. Nessa ótica, a tecnologia também assume uma atitude incoerente, dado que ela tem uma condição de mediação e pode suprir as deficiências onde está sendo implantada.

Somente quando os países, governos e sujeitos avançarem na consciência de si, e de sua historicidade, é que perceberão, a existência de outros padrões de desenvolvimento, não ficando presos a percursos e modelos já adotados por “países desenvolvidos”. Cada um tem uma história a construir. (PINTO, 2005, p. 267).

Na lógica do desenvolvimento, de sair do estágio de pobreza, não existe um único caminho, as nações fizeram percursos diferentes chegando a resultados semelhantes de desenvolvimento. Nesse sentido, não existe um único itinerário, cada país, cada povo, tem que fazer o seu processo de desenvolvimento a partir de suas necessidades, de sua história. A realidade social estabelece os específicos trâmites que deverão ser observados e seguidos pelos governantes, ou envolvidos no processo decisório. Se a tecnologia não for em benefício das massas, não haverá desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia como instrumento de controle e dominação não apenas permanece relevante, mas também se mostra fundamental para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade.

Atualmente, testemunhamos como a tecnologia pode agir como um catalisador das desigualdades sociais. A disparidade no acesso à internet, na aquisição de habilidades digitais e na disponibilidade de recursos tecnológicos contribui para uma divisão digital que perpetua a marginalização de determinados grupos sociais. Ademais, a concentração de poder nas mãos de grandes corporações de tecnologia resulta na exploração de dados e no domínio monopolístico de mercados, agravando as disparidades de poder econômicos existentes.

Tanto Álvaro Vieira Pinto e Antônio Gramsci tecem relevantes contribuições acerca do papel da tecnologia como instrumento de dominação e controle. Ambos compreendem a capacidade intrínseca da tecnologia em ser utilizada como uma ferramenta de manipulação por aqueles que detêm o poder, fortalecendo suas posições dominantes na sociedade. Suas preocupações compartilhadas ecoam em um mundo contemporâneo onde a tecnologia não apenas reflete, mas também amplifica as desigualdades sociais e econômicas.

Ao observar como determinadas classes são marginalizadas ou excluídas do acesso às tecnologias, enquanto outras são capacitadas e fortalecidas por elas, percebe-se nos referenciais utilizados um alerta sobre as consequências profundas desse desequilíbrio. Além disso, a discussão sobre a alienação e manipulação das massas por meio da tecnologia é crucial para compreendermos as implicações desse desequilíbrio. O potencial da tecnologia de criar uma falsa consciência ou conformidade entre as pessoas, dificultando a mobilização e a resistência contra as estruturas de poder dominantes. Portanto, as reflexões advindas desses autores continuam a desafiar, a compreender e enfrentar os complexos dilemas sociais inerentes à relação entre tecnologia e poder.

Embora ambos os filósofos abordem questões universais sobre poder e tecnologia, é crucial reconhecer que suas análises são moldadas por seus contextos históricos e geográficos específicos. Gramsci, por exemplo, estava preocupado com a Itália fascista do século XX, enquanto Vieira Pinto estava mais imerso nos problemas do Brasil contemporâneo e no desenvolvimento tecnológico global. Essas diferenças de contexto fornecem nuances importantes para entender suas perspectivas e a aplicação de suas teorias no mundo contemporâneo.

É imperativo destacar que o crescente emprego da tecnologia para vigilância em massa pelo Estado representa uma ameaça grave à privacidade e às liberdades individuais. O uso cada vez mais frequente de ferramentas como sistemas de reconhecimento facial, coleta de dados biométricos e monitoramento online é utilizado para controlar e reprimir dissidentes políticos, ativistas e minorias étnicas, gerando sérias preocupações sobre a invasão da esfera pessoal e a restrição dos direitos civis.

Adicionalmente, as plataformas digitais tornaram-se canais para a disseminação deliberada de desinformação, propaganda e narrativas divisivas. Algoritmos de recomendação muitas vezes favorecem conteúdo sensacionalista e polarizador, contribuindo para a crescente polarização política e o enfraquecimento de uma consciência crítica. A propagação de notícias falsas e teorias conspiratórias mina a confiança nas instituições democráticas, facilitando a ascensão de líderes golpistas, autoritários, representando uma ameaça significativa à estabilidade democrática.

No entanto, apesar dos desafios enfrentados, é reconfortante observar o surgimento de movimentos de resistência e alternativas tecnológicas. Na era da tecnologia, movimentos de resistência e ativismo online desafiam o status quo. Plataformas digitais são utilizadas para mobilizar protestos, disseminar ideias dissidentes e construir coalizões políticas, demonstrando assim o potencial da tecnologia para impulsionar mudanças sociais e políticas.

REFERÊNCIAS

Feenberg, A. (2010a). Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In R. T. Neder (Org.), Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia (pp. 67-96). Brasília, DF: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/ Capes. Recuperado de <https://www.sfu.ca/~andrewf/coletanea.pdf>

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2^a Ed. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Carcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2^a Ed. VI.2. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. Conceito de Tecnologia. v. 1, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

SCHLESENER, H. Anita. Hegemonia e cultura: Gramsci, 3. ed. Curitiba, Ed. UFPR, 2007